CONTRATO ADMINISTRATIVO N° 095/2026

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO N° 009/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 051/2026

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE FRANCINÓPOLIS – PI E A EMPRESA **JHS SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA**.

A **PREFEITURA DE FRANCINÓPOLIS – PI**, com sede na Praça Newton Campelo, n° 193, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.° 06.554.919/0001-03, neste ato representado pelo **Sr. Antonio Luiz Dantas da Fonsêca**, Prefeito de Francinópolis – PI, portador do CPF/MF n° 183.xxx.xxx-87, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa **JHS SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA**, CNPJ n° 36.003.255/0001-55, estabelecia na Rodovia BR 316, n° 3695, Quadra 60, Lote 47, Belo Norte, CEP: 64.603-000, Picos – PI, Fone: (85) 99446-0193 / (89) 98109-9678, E-mail: licitacao@empresajhs.com.br, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pela **Sra. Mayara Costa de Souza**, portadora do CPF n° 036.xxx.xxx-81, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 051/2026 e em observância às disposições da Lei n° 14.133, de 1° de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 009/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a **contratação de serviço de locação de veículos destinados ao transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Francinópolis – PI**, com e sem motorista, nas condições estabelecidas no Termo de Referência, e conforme detalhamento abaixo:

EMPRESA: JHS SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA							
CNPJ: 36.003.255/0001-55							
ENDEREÇO: Rodovia BR 316, n° 3695, Quadra 60, Lote 47, Belo Norte, CEP: 64.603-000, Picos – PI.							
REPRESENTANTE: Mayara Costa de Souza				**CPF: 036.xxx.xxx-81**			
E-MAIL: licitacao@empresajhs.com.br				**TEL.: (85) 99446-0193 / (89) 98109-9678**			
DADOS BANCÁRIOS: Banco do Brasil, Agência: 1369-2, Conta: 307998.							
Item	**Especificação**	**Marca/ Modelo**	**Qnt./ Und.**	**Período estimado**	**Valor por veículo (R$)**	**Valor total mensal (R$)**	**Valor total anual (R$)**
2	LOCAÇÃO DE **MICRO-ÔNIBUS** PARA TRANSPORTE ESCOLAR, veículo destinado ao transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino, com **capacidade mínima para 29 (vinte e nove) passageiros sentados**, além do condutor; veículo em perfeito estado de conservação, funcionamento, segurança e higiene; dotado dos equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito aplicável ao transporte escolar; documentação e licenciamento regulares; manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, pneus e demais componentes necessários ao funcionamento do veículo por conta da CONTRATADA; disponibilização de veículo substituto em caso de	VOLARE V9L ano de fabricação 2019	6 Veículo/ Mês	12 meses	11.000,00	66.000,00	792.000,00

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:38:19 -03'00'

	pane, acidente, manutenção ou qualquer ocorrência que impeça sua utilização; combustível por conta da CONTRATANTE.						
3	LOCAÇÃO DE **ÔNIBUS** PARA TRANSPORTE ESCOLAR, veículo destinado ao transporte de estudantes da Rede Municipal de Ensino, com **capacidade mínima para 44 (quarenta e quatro) passageiros sentados**, além do condutor; veículo em perfeito estado de conservação, funcionamento, segurança e higiene; dotado dos equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito aplicável ao transporte escolar; documentação e licenciamento regulares; manutenção preventiva e corretiva, substituição de peças, pneus e demais componentes necessários ao funcionamento do veículo por conta da CONTRATADA; disponibilização de veículo substituto em caso de pane, acidente, manutenção ou qualquer ocorrência que impeça sua utilização; combustível por conta da CONTRATANTE.	VOLARE FLY 10 ano de fabricação 2023	2 Veículo /Mês	12 meses	17.283,75	34.567,50	414.810,00
VALOR TOTAL:						**100.567,50**	**1.206.810,00**

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição: O Termo de Referência; O Edital da Licitação; A Proposta da contratada; e os Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação será por **12 (doze) meses**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da contratada, previstas neste instrumento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. A execução do objeto ocorrerá conforme as necessidades da Administração, mediante emissão de **Ordem de Serviço** pela Secretaria Municipal de Educação, na qual serão indicados os veículos a serem disponibilizados, os itens contratados, os turnos, itinerários, horários e demais informações necessárias à organização do transporte escolar.

Condições de Execução

3.2. A execução do objeto terá início no prazo de **até 05 (cinco) dias úteis**, contado do recebimento da Ordem de Serviço expedida pela Secretaria Municipal de Educação, contendo os veículos a serem disponibilizados, itens contratados, turnos, itinerários, horários e demais informações necessárias à organização do transporte escolar.

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:38:32 -03'00'

3.2.1. **Antes do início da execução, os veículos deverão ser submetidos à vistoria pela Administração**, para verificação de sua conformidade com este Termo de Referência, regularidade documental, capacidade e condições de conservação, funcionamento, higiene e segurança. O veículo reprovado deverá ser regularizado ou substituído, sem prejuízo do prazo estabelecido para início dos serviços.

3.2.2. A aprovação na vistoria não afasta a responsabilidade da CONTRATADA pela manutenção das condições exigidas durante toda a execução, podendo a Administração realizar novas verificações sempre que necessário.

Requisitos dos veículos

3.3. Todos os veículos empregados na execução deverão permanecer devidamente licenciados, regularizados e autorizados para o transporte de escolares, atendendo integralmente aos arts. 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro, às normas do CONTRAN, do órgão executivo de trânsito competente e à regulamentação municipal aplicável, quando houver.

3.3.1 Os veículos destinados à execução do transporte escolar deverão possuir autorização válida do órgão ou entidade executiva de trânsito competente e comprovação da inspeção semestral exigida para verificação dos equipamentos obrigatórios e de segurança. Deverão possuir, ainda, identificação regulamentar com faixa horizontal amarela e dístico "ESCOLAR", equipamento registrador instantâneo e inalterável de velocidade e tempo, iluminação e sinalização regulamentares, cintos de segurança em número igual à lotação, pneus, sistemas de freios e demais equipamentos obrigatórios em perfeitas condições de funcionamento e segurança.

3.3.2. A autorização para o transporte escolar deverá permanecer afixada em local visível no interior do veículo, com indicação da lotação permitida, sendo vedado o transporte de estudantes em número superior à capacidade estabelecida pelo fabricante. Deverão ser observados, durante toda a execução, os demais requisitos, equipamentos e condições de segurança exigidos pela legislação aplicável, ainda que não expressamente reproduzidos neste Termo de Referência.

3.3.3. Caberá à CONTRATADA manter, durante toda a execução, a regularidade dos veículos e de sua documentação perante os órgãos competentes, inclusive quanto a licenciamento, autorizações, inspeções, certificados, taxas e demais exigências legais aplicáveis ao transporte escolar, providenciando as respectivas renovações sempre que necessárias, sem ônus adicional para a Administração.

Disponibilidade, manutenção e substituição

3.4. A CONTRATADA deverá manter os veículos disponíveis durante todo o período de execução, sendo de sua responsabilidade a manutenção preventiva e corretiva, bem como despesas com peças, pneus, componentes, documentação e demais providências necessárias ao adequado funcionamento da frota.

3.4.1. Sempre que pane, acidente, manutenção, irregularidade documental ou qualquer outra ocorrência impedir a utilização do veículo, a CONTRATADA deverá providenciar sua substituição por outro de categoria e capacidade compatíveis e que atenda integralmente às exigências deste Termo de Referência, de modo a preservar a continuidade do transporte escolar.

3.4.2. A Administração poderá determinar a retirada de operação de veículo que apresente irregularidade documental, deficiência mecânica ou qualquer condição capaz de comprometer a segurança dos usuários ou a regularidade da execução.

Veículos e suas condições

3.5. Nos itens contratados sem motorista, a condução ficará sob responsabilidade dos profissionais disponibilizados pelo Município, permanecendo com a CONTRATADA todas as obrigações relacionadas ao veículo, especialmente regularidade, manutenção, conservação, segurança e substituição.

3.5.1. Nos itens contratados com motorista, a CONTRATADA deverá disponibilizar condutores que atendam às exigências legais aplicáveis ao transporte escolar, inclusive idade mínima legal, habilitação em categoria compatível, curso especializado e demais requisitos previstos na legislação de trânsito.

3.5.2. A substituição de motorista deverá ser comunicada à fiscalização, sendo vedada a utilização de profissional que não comprove o atendimento às exigências legais aplicáveis.

3.5.3. Nos itens com motorista, os condutores deverão atender integralmente aos requisitos dos arts. 138 e 329 do Código de Trânsito Brasileiro, inclusive quanto à idade, habilitação, histórico de infrações, curso especializado e apresentação da certidão negativa exigida pela legislação.

3.5.4. O abastecimento dos veículos será de responsabilidade da CONTRATANTE, inclusive nos itens com motorista, permanecendo sob responsabilidade da CONTRATADA as despesas relativas à manutenção, peças, pneus, conservação, documentação e, nos itens correspondentes, os encargos decorrentes dos motoristas por ela disponibilizados.

3.5.5. Nos itens contratados com motorista, a prestação do serviço de condução ocorrerá nos dias e horários definidos pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com o calendário escolar e com as necessidades da Rede Municipal de Ensino, abrangendo os dias letivos e, quando regularmente previstos, reposições de aulas, sábados letivos e demais atividades escolares, desde que previamente comunicadas à CONTRATADA e compreendidas no objeto contratado, sem alteração automática do valor mensal.

Organização dos itinerários
3.6. Os veículos serão disponibilizados mensalmente e poderão ser utilizados entre itinerários e turnos operacionalmente compatíveis, não havendo vinculação obrigatória e permanente de cada unidade a uma única rota, desde que respeitados a categoria, a capacidade, os horários, o tempo de deslocamento e as condições de segurança.

3.6.1. A Administração poderá ajustar itinerários, horários, pontos de embarque e desembarque e a distribuição dos veículos em razão das necessidades da Rede Municipal de Ensino, inclusive alterações de matrícula, transferência de estudantes, mudança de residência, reorganização de turmas ou calendário escolar, desde que preservadas as características essenciais do objeto contratado.

Ocorrências e continuidade
3.7. A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente à fiscalização qualquer acidente, pane, avaria, impedimento de circulação, irregularidade documental ou outra ocorrência capaz de comprometer a segurança dos estudantes ou a continuidade do atendimento, informando as providências adotadas.

3.7.1. A ocorrência de impedimento não autoriza a interrupção unilateral da execução, cabendo à CONTRATADA adotar as medidas necessárias à continuidade do serviço, inclusive substituição de veículo ou motorista, quando aplicável.

Fiscalização
3.8. A Administração poderá realizar vistorias, inspeções e verificações durante toda a execução, bem como exigir a apresentação da documentação dos veículos, motoristas, autorizações, inspeções e demais documentos relacionados à regularidade da execução.

3.8.1. Nos casos de subcontratação autorizada, a CONTRATADA deverá assegurar que a fiscalização consiga identificar a empresa responsável pela parcela executada, bem como os veículos e, quando aplicável, os motoristas vinculados à execução.

4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Será admitida a subcontratação do objeto contratual em até **30% (trinta por cento)**, conforme especificações no Termo de Referência e demais anexos.

5. CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

5.1. O valor total da contratação é de **R$ 1.206.810,00 (um milhão duzentos e seis mil oitocentos e dez reais).**

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos a contratada dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

6.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.3.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis **no prazo de um ano** contado da data do orçamento estimado.

7.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste **após o interregno de um ano**, contado a partir da data do orçamento estimado, aplicando-se o índice IPCA-E exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a contratante pagará a contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

7.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações da Contratante:

8.1.1. Nomear Fiscal para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

8.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

8.1.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais avençadas;

8.1.4. Receber os itens fornecidos pela CONTRATADA que estejam em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

8.1.5. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

8.1.6. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

8.1.7. Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas a execução dos serviços;

8.1.8. Prestar as informações e esclarecimentos relativos ao objeto desta contratação que venham a ser solicitado pelo preposto da CONTRATADA;

8.1.9. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, por intermédio de servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.1.10. Realizar, no momento da licitação, diligências com o LICITANTE classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

8.1.11. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos itens fornecidos, fixando prazo para que sejam substituídos, reparados ou corrigidos; certificando-se que as soluções por ela proposta sejam as mais adequadas;

8.1.12. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento, de acordo com as condições contratuais, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência, e no caso de cobrança indevida, glosar os valores considerados em desacordo com o contrato. Após a notificação da glosa, a CONTRATADA terá prazo de 15 (quinze) dias corridos para questionar os valores glosados, sob pena de aceitação da glosa.

8.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

8.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade dos itens fornecidos, após seu recebimento;

8.1.15. Cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA;

8.1.16. Arquivar, entre outros documentos, projetos, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do objeto e notificações expedidas;

8.1.17. Não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:

I. Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados, exceto quando o objeto da contratação previr o atendimento direto, tais como nos serviços de recepção e apoio ao usuário;
II. Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas Contratadas;
III. Considerar os trabalhadores da CONTRATADA como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

8.1.20. Recusar o recebimento do objeto quando for constatado o não atendimento de qualquer cláusula e/ou descrição contratual/editalícia até que seja sanado o vício.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. São obrigações da Contratada:

9.1.1. Cumprir todas as obrigações constantes no edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do serviço;

9.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do fornecimento, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990);

9.1.3. Comunicar à contratante, em tempo hábil, os motivos e justificativas que impossibilitem o cumprimento do prazo de entrega, com a devida comprovação;

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:39:19 -03'00'

9.1.4. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.1.5. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.1.6. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.1.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratante por intermédio de preposto designado para acompanhamento do contrato em até 2 dias úteis, a contar de sua solicitação;

9.1.8. Ter conhecimento do fiscal do contrato, bem como outros servidores que forem indicados pela contratante, para realizar as solicitações relativas ao contrato a ser firmado;

9.1.9. Apresentar nota fiscal/fatura com a descrição dos serviços fornecidos, nas condições deste Termo de Referência, como forma de dar início ao processo de pagamento pela contratante;

9.1.10. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

9.1.11. Assumir as responsabilidades pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação da licitação oriunda deste Termo de Referência.

9.1.12. Responsabilizar-se pelo cumprimento por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à contratante;

9.1.13. Assumir inteira responsabilidade técnica e operacional do fornecimento contratado, não podendo, sob qualquer hipótese, transferir a outras empresas a responsabilidade por quaisquer problemas relacionados ao fiel cumprimento do contrato;

9.1.14. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os itens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.1.15. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado a Prefeitura de Francinópolis – PI, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.1.16. Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

9.1.17. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo fiscal do contrato terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

9.1.18. Acatar as orientações da contratante, sujeitando-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às reclamações formuladas;

9.1.19. Prestar esclarecimentos à contratante sobre eventuais atos ou fatos noticiados que se refiram à contratada, independente de solicitação;

9.1.20. Comunicar à contratante, por escrito, qualquer anormalidade e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

9.1.21. Sujeitar-se aos acréscimos e supressões contratuais estabelecidos na forma do art. 125 da Lei no. 14.133/2021, quais sejam, alterações quantitativas do contrato de acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato;

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:39:29 -03'00'

9.1.22. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da execução do contrato, sem prévia autorização da contratante;

9.1.23. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

9.1.24. Responder, integralmente, por perdas e danos que vier a causar à contratante ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou de prepostos, independentemente de outras cominações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

9.1.25. Cumprir outras obrigações que se apliquem, de acordo com o objeto da contratação;

9.1.26. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para execução do objeto.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

10.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a contratada que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;
b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) der causa à inexecução total do contrato;
d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

11.2. Serão aplicadas a contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

a) **Advertência**, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
b) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
c) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
d) **Multa:** A multa de mora a ser aplicada por atraso injustificado na execução do contrato será calculada conforme os seguintes percentuais:
    I. de 0,5% (cinco décimos por cento), por dia de atraso, até o limite correspondente a 10 (dez) dias;
    II. de 0,7% (sete décimos por cento), por dia de atraso a partir do 11º (décimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 20 (vinte) dias; e
    III. de 1,0% (um por cento), por dia de atraso a partir do 21º (vigésimo primeiro) dia, até o limite correspondente a 30 (trinta) dias, findo o qual a Contratante rescindirá o contrato correspondente, aplicando-se à Contratada as demais sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

d.1) Será aplicada multa de 1,5% (um e meio por cento) sobre o valor da contratação, quando a Contratada:

I. Prestar informações inexatas ou obstacular o acesso à fiscalização da contratante no cumprimento de suas atividades;
II. Desatender às determinações da fiscalização da contratante; e
III. Cometer qualquer infração às normas federais, estaduais e municipais, respondendo ainda pelas multas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:39:39 -03'00'

d.2) Será aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da contratação quando a Contratada:

I. Não iniciar, ou recusar-se a executar a correção de qualquer ato que, por imprudência, negligência imperícia dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados;

II. Praticar por ação ou omissão, qualquer ato que, por imprudência, negligência, imperícia, dolo ou má-fé, venha a causar danos à Contratante ou a terceiros, independentemente da obrigação da Contratada em reparar os danos causados.

d.3) Nenhum pagamento será feito ao fornecedor dos bens que tenha sido multado, antes que tal penalidade seja descontada de seus haveres.

d.4) Na aplicação das sanções serão observados os procedimentos e prazos constantes nos arts. 157 a 160 da Lei n. 14.133/2021.

d.5) As multas administrativas previstas neste instrumento não têm caráter compensatório e o seu pagamento não eximirá a Contratada de responsabilidade por perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.

11.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado a Contratante (art. 156, §9°, da Lei n° 14.133, de 2021)

11.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7°, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei n° 14.133, de 2021)

11.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pela Contratante a Contratada, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8°, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.7. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a Contratada, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei n° 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.9. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1°, da Lei n° 14.133, de 2021):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
b) as peculiaridades do caso concreto;
c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
d) os danos que dela provierem para a Contratante;
e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei n° 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.11. A personalidade jurídica da Contratada poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a Contratada, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei n° 14.133, de 2021).

11.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei n° 14.133/21.

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:39:51 -03'00'

11.13. Os débitos da contratada para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a contratada possua com o mesmo órgão ora contratante.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa da contratada:
a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para a Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

12.4.1. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da contratada pela contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

12.4.2. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

12.5. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.5.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

12.6. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

12.6.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.7. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
a) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
b) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
c) Indenizações e multas.

12.8. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12.9. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a contratada mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

UNID. ORÇ.	CLASS. FUNCIONAL	NAT. DESPESA
02 06 01	12 361 0009 2036 0000	3.3.90.39.00
02 06 00	12 361 0009 2033 0000	
02 06 00	12 362 0009 2108 0000	
02 06 00	12 361 0009 2110 0000	
02 06 00	12 361 0009 2034 0000	

Fontes: FUNDEB, PNATE, PROETE, QSE E RECURSOS PRÓPRIOS.

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pela contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. A contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo.

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá a contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Elesbão Veloso – PI, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Francinópolis – PI, 13 de outubro de 2026.

ANTONIO LUIZ DANTAS DA FONSECA:18371051387
Assinado de forma digital por ANTONIO LUIZ DANTAS DA FONSECA:18371051387
Dados: 2026.10.14 08:40:59 -03'00'

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca
Prefeito de Francinópolis
CONTRATANTE

MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Assinado de forma digital por MAYARA COSTA DE SOUZA:03679232381
Dados: 2026.10.13 15:40:12 -03'00'

Mayara Costa de Souza
Representante Legal
CONTRATADA

Id:09FEE206F92711D7

Prefeitura de Francinópolis — SEMAD Secretaria Municipal de Administração e Obras

PORTARIA Nº 109/2026 – GAB/SEMAD

Dispõe sobre a designação de fiscal de contrato do Município de Francinópolis – PI, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E OBRAS do município de Francinópolis – Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. nº 117 da Lei Federal nº 14.133/2021,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o servidor **Célio Nário Gomes Feitosa**, inscrito no CPF sob nº 035.xxx.xxx-90, para atuar, sem ônus, como Fiscal de Contrato (**Contrato nº 095/2026**), celebrado com a Empresa JHS SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 36.003.255/0001-55, referente ao Pregão Eletrônico nº 009/2026, cujo objeto é a contratação de serviço de locação de veículos destinados ao transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Francinópolis – PI.

Parágrafo único – Em caso de impedimento do titular, fica designado como suplente o servidor Lucas Pereira da Silva, inscrito no CPF nº 617.xxx.xxx-84.

Art. 2º. Incumbe aos servidores designados nos artigos anteriores, acompanhar a execução e fiscalização do contrato, auxiliar o Gestor do Contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, bem como atribuições correlatas com a função, em conformidade com as normas vigentes.

Art. 3º. A presente portaria entrará em vigor na data de sua publicação, no mural da Prefeitura de Francinópolis, revogadas as disposições em contrário.

Certifique-se, publique-se, cumpra-se.

Gabinete da Secretária Municipal de Administração e Obras do Município de Francinópolis, Estado do Piauí, em 14 de outubro de 2026.

Regiane Rodrigues de Morais
Secretária Municipal de Administração e Obras

Id:073857163E131095

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 088/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 176/2025, REFERENTE À DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 026/2025: Alterar o prazo de validade do contrato em referência pelo período de 12 (doze) meses, iniciando-se em 17 de outubro de 2026 e findando em 17 de outubro de 2027, bem como alterar o valor do contrato ficará reajustado para R$ 20.400,00 (vinte mil e quatrocentos reais) anual, a ser pago em 12 (doze) parcelas mensais no valor de R$ 1.700,00 (mil e setecentos reais), com fundamento nos Arts. 92 e 107 da Lei nº 14.133/21. **CONTRATANTE:** Prefeitura de Francinópolis – PI. **CONTRATADA:** J C S HOLANDA LTDA. **CNPJ:** 07.961.379/0001-45. **OBJETO DO CONTRATO:** Prestação dos serviços de divulgação das ações da Prefeitura através de matérias institucionais em portal próprio e em redes sociais visando o aumento dos índices de transparência do município de Francinópolis – PI. **ASSINATURA DO CONTRATO:** 17/10/2025. **ASSINATURA DO ADITIVO:** 14/10/2026.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca
Prefeito de Francinópolis – PI
CONTRATANTE

Manuela de Sousa Coelho Vieira Nunes
Representante Legal
CONTRATADA

Id:0471CC2582FF100D

Prefeitura de Francinópolis

EXTRATO DE CONTRATO

Procedimento: Pregão Eletrônico nº 009/2026
Processo Administrativo: 051/2026-PMF/PI
Ato: Contrato Administrativo nº 095/2026-PMF/PI
Objeto: Contratação de serviço de locação de veículos destinados ao transporte escolar dos alunos da rede municipal de ensino de Francinópolis – PI.
Contratada: JHS SERVIÇOS E TERCEIRIZAÇÃO LTDA.
CNPJ: 36.003.255/0001-55
Contratante: Prefeitura de Francinópolis/PI
Valor total do contrato: R$ 1.206.810,00 (um milhão duzentos e seis mil oitocentos e dez reais).
Data da assinatura: 13/10/2026 **Vigência:** 12 (doze) meses
Recursos: FMS, COFINANCIAMENTO ESTADUAL DA SAÚDE, FMS CUSTEIO SUS E RECURSOS PRÓPRIOS.
Informações: Sala da Comissão Permanente de Licitações da PMF/PI.

Antonio Luiz Dantas da Fonsêca
Prefeito de Francinópolis – PI
Contratante

Mayara Costa de Souza
Representante Legal
Contratada

Id:01AB4134C7EB123E

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRONTEIRAS-PI
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
CNPJ: 06.553.721/0001-05
CEP: 64.690-000

FRONTEIRAS

OFICIO 076/2026 - GP, DE 14 DE OUTUBRO DE 2026.

Assunto: Autorização para movimentação de conta corrente

Ilustríssimo(a) Senhor(a)
Gerente do Banco do Brasil
Agência de Fronteiras - PI

Venho por meio deste, autorizar a Senhnora **ZILDENIA MARIA RIBEIRO**, CPF: **394.651.363-87** , Secretária Municipal de Saúde, a movimentar conjuntamente com o Secretário Municipal de Finanças **EUDES AGRIPINO RIBEIRO FILHO, CPF: 071.868.053-70**, os recursos da conta corrente desta Agência 1364-1, Contas nºs 9489-7 e 9477-3,**CNPJ: 06.553.721/0001-05**, sendo concedido aos mesmos, poderes para este órgão.

- Emitir cheques;
- Autorizar cobranças;
- Utilizar o crédito aberto na forma e condições;
- Receber, passar recibo e dar quitação;
- Solicitar saldos / extratos de conta corrente;
- Requisitar talonários de cheques;
- Autorizar débito em conta relativo a operações;
- Retirar cheques devolvidos;
- Endossar cheques;
- Requisitar cartão eletrônico;
- Movimentar conta corrente com cartão eletrônico sustar / contraordenar cheques;
- Cancelar cheque;
- Baixar cheques;
- Efetuar resgates/aplicações financeiras;
- Cadastrar, alterar e desbloquear senhas;
- Efetuar saques de conta corrente e poupança;
- Efetuar pagamentos por meio eletrônico;
- Efetuar transferência por meio eletrônico;
- Efetuar movimentação financeira no RPG;
- Emitir comprovantes;
- Abrir contas de depósitos;
- Consultar contas/aplicação de programas repasses de recursos federais;
- Liberar arquivos de pagamentos no gerenciador financeiro / autoatendimentos setor público;
- Solicitar saldos, extratos de investimentos;
- Solicitar saldos, extrato de operações de créditos;
- Encerrar contas de depósitos;
- Consultar obrigações de débito direto autorizado;
- Cartão transporte – Autorizar débito / transferência meio;
- Atualizar faturamento pelo gerenciador financeiro / autoatendimentos setor público;
- Assinar contratos de abertura de crédito;
- Assinar instrumentos de convênios e contrato de prestação de serviços.

Eudes Agripino Ribeiro
Prefeito do Município de Fronteiras/PI